

Obras param, e empreiteiras culpam a prefeitura do Rio

Construtoras alegam dívidas de R\$ 700 milhões; município nega
Associação de empresas diz que falta dinheiro para contratos

A pouco mais de dois meses do fim do governo, a prefeitura do Rio está desacelerando o ritmo de obras na cidade: segundo a Associação de Empresas de Engenharia do Rio de Janeiro, 26 empreiteiras confirmaram ter recebido determinação do município para interromper projetos, revela CARINA



FOTOS DE ANTONIO SCORZA

Ao léu. Manilhas numa rua em Campo Grande, onde obras de saneamento e calçamento foram interrompidas: construtoras afirmam que fiscais determinaram suspensão

BACELAR. O presidente da entidade, Luiz Fernando dos Santos Reis, disse que o governo não tem dinheiro para honrar contratos e que os débitos com construtoras já chegam a R\$ 700 milhões. A prefeitura nega as dívidas e a ordem para suspender obras. No apagar das luzes do primeiro turno eleitoral, a prefeitura teria determinado, na maior parte das vezes informalmente por meio de seus fiscais, que dezenas de obras na cidade parassem, sem informar o motivo aos responsáveis pelos trabalhos. É o que afirma a Associação de Empresas de Engenharia do Rio de Janeiro (Aeerj), que conta ter recebido, depois do primeiro fim de semana deste mês, 26 notificações de companhias do setor, relatando a ordem do município. Essas construtoras, segundo a Aeerj, são responsáveis por pelo menos 26 obras, principalmente de urbanização. Alguns canteiros do programa Bairro Maravilha, por exemplo, estão na lista.

O presidente da associação, Luiz Fernando dos Santos Reis, diz que o governo está sem dinheiro para honrar contratos. Segundo ele, depois da ordem da prefeitura, os empresários estão desmobilizando aos poucos os canteiros, e muitas obras devem parar em novembro. Esta semana, o prefeito Eduardo Paes decretou que valores só podem ser empenhados pelo município até o último dia deste mês. Só despesas com pessoal e benefícios sociais, precatórios, obrigações tributárias e as financiadas com operações de crédito podem ser liquidadas até 15 de dezembro.

— Foi uma grande surpresa. A gente achava que os contratos iam ter continuidade. Sabíamos que, com a mudança de prefeito, haveria uma interrupção para auditoria. Mas a ordem verbal de suspensão das obras não era esperada. Isso vai criar o caos total no setor — diz Luiz Fernando. — A prefeitura está quebrada, parando. A situação é caótica. Procurado, o governo disse desconhecer as ordens para a paralisação de obras e negou ter qualquer dívida com construtoras. “Todas as obras em andamento estão empenhadas”, declarou, em nota. Apesar de o município ressaltar que todas as empresas são pagas em dia, a Aeerj estima em cerca de R\$ 700 milhões as dívidas da prefeitura com as empreiteiras por serviços executados e não pagos.

Em e-mails recebidos pela Aeerj e obtidos pelo GLOBO, empresários relatam ter sido surpreendidos pela decisão do município de desmobilizar os canteiros. Um deles conta que a prefeitura chegou a pedir que as obras fossem executadas com “força total” antes do primeiro turno das eleições e depois determinou o contrário.

“Sei que já é do seu conhecimento a ordem de paralisação das obras da prefeitura, feita verbalmente pelos responsáveis pela fiscalização destas. Passaram o ano todo, principalmente durante a campanha do candidato do prefeito, solicitando, até mesmo exigindo, que se aumentasse a equipe, que se abrissem mais frentes, que se trabalhasse nos fins de semana para terem eventos para levar o candidato do prefeito nas localidades ou comunidades beneficiadas por tais obras. Agora, tendo fracassado essa candidatura, recebemos esse tipo de comunicação. Essa ação vai gerar enorme despesa de desmobilização, serviços por concluir”, contou um dos empresários, que, a pedido da Aeerj, não vai ser identificado.

“UM DESCASO TOTAL COM A OUTRA PARTE”

Outra empresa de engenharia relatou ter sido avisada, pela Secretaria municipal de Obras (SMO) e pela Secretaria municipal de Conservação (Seconserva), de que deveria encerrar os trabalhos. “Fomos surpreendidos com a comunicação, feita de forma fria pelos fiscais das obras, de encerramento dos contratos (mesmo com empenhos) já! De forma unilateral! Não deveríamos ter que concordar? Sequer irão pagar desmobilizações! Por enquanto, já fomos comunicados pela SMO e Seconserva. (...) Um descaso total com a outra parte”, reclamou.

O GLOBO apurou que a obra de urbanização do Bosque do Tingui, em Campo Grande, parte do programa Bairro Maravilha, teria sido alvo de um dos pedidos de suspensão. Na comunidade, havia cinco operários num canteiro da prefeitura, mas os trabalhos pararam há mais de dez dias, segundo moradores. Na entrada do lugar, o asfalto é liso, mas, no interior, as ruas ainda são de terra.

— A gente fica só com a poeira. Tem mais ou menos duas semanas que não vemos os operários da prefeitura. Eles estavam fazendo tudo direitinho, não sei se foi por causa da eleição que parou ou por outro motivo — diz a dona de casa Zulaine Rangel, moradora da região.

A partir dos relatos, a Aeerj enviou à Secretaria de Obras e à Secretaria de Conservação um ofício pedindo esclarecimentos. “Algumas de nossas associadas foram surpreendidas com a comunicação, feita pelos fiscais das obras, de que deveriam ser encerrados de imediato os contratos em andamento, mesmo aqueles com empenho. Tal decisão, tomada de forma unilateral, terá repercussões para nossas associadas, causando desequilíbrio financeiro dos contratos, além de insegurança jurídica”, diz o documento assinado pelo presidente da associação. O secretário de Obras, Alexandre Pinto, respondeu à associação negando os episódios.

A prefeitura, por outro lado, reconhece que há dez obras paradas. E exclui da conta o BRT Transbrasil, orçado em R\$ 1,4 bilhão. No entanto, apesar de o município ter anunciado a retomada dos trabalhos em setembro, nada foi feito até agora.

As obras suspensas beneficiariam principalmente comunidades pobres, como Turano, Acari e Cidade de Deus, com intervenções de urbanização, e Vila Cruzeiro, com uma nova escola e projetos de drenagem e contenção de encostas. Em nove casos, segundo o governo, as próprias empresas pediram a rescisão dos contratos. Entre as cinco obras da Fundação Geo-Rio, todas beneficiárias do programa PAC 2, o atraso dos recursos levou as construtoras a pedirem rescisão de contrato, alegando “inadequado fluxo financeiro”. O município diz que as intervenções “aguardam a finalização das negociações com a Caixa Econômica para que os recursos do Ministério das Cidades sejam liberados” e as obras continuem.

No caso do Transbrasil, a Secretaria municipal de Obras informa ter determinado a retomada dos trabalhos no dia 22 de setembro, mas que o consórcio responsável pelas intervenções — formado por Odebrecht, Queiroz Galvão e OAS — não remobilizou os canteiros. Há a informação de que o município não vem honrando o pagamento das empresas. Por nota, o consórcio admite apenas esperar “a regularização do contrato vigente para que as obras sejam retomadas”.

MORADORES SAEM PREJUDICADOS

Enquanto isso, muitos moradores das zonas Norte e Oeste desistiram de contar com o BRT em seus trajetos, depois de meses tendo viagens diárias atrapalhadas pelas obras do corredor na Avenida Brasil. Cristina Rodrigues, de 33 anos, mora na Praça Seca e, se pudesse, pegaria o Transbrasil para chegar à farmácia onde trabalha, na Maré:

— Economizaria meu tempo. Hoje, quando tem trânsito, levo duas horas para chegar ao trabalho.

Para o próximo prefeito, fica o desafio de lidar com o desemprego crescente no setor de construção. O ano de 2016 foi o que teve os valores licitados para obras mais baixos desde 2009. Segundo a Aeerj, foram lançados R\$ 588,6 milhões em construções. De 2009 a 2014, os totais cresceram de R\$ 297,8 milhões a R\$ 6,8 bilhões. Em 2015, a tendência já era de queda: R\$ 1,1 bilhão.

— Hoje temos três mil trabalhadores no setor. Chegamos a 30 mil em 2015. A prefeitura perdeu a eleição e saiu do esquema — reclama o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada, Nilson Duarte.

